

De baixo para cima ou ao contrário?

Tem que haver avaliação com consequências para as pessoas, uma forma de premiar ou penalizar indivíduos.

Luís Moniz Pereira

As universidades portuguesas têm de se diferenciar. Felizmente já começaram. De há 10 anos que os Centros de investigação vêm sendo avaliados internacionalmente. Sabemos quais são os Bons, os Excelentes, os Maus, e começou-se a fazer alguma escolha. O problema das nossas universidades é não se fazerem escolhas, não se dizer: Esta universidade é excelente, é uma ‘research university’ aquela outra é pouco mais que um “liceu de esquina”. Destas últimas também as há nos EUA. Cada cidadezinha tem a sua universidadezinha, e não podem ser todas excelentes. É uma diferenciação deste tipo que a corporação universitária portuguesa não quer fazer – o próprio Conselho de Reitores recusa-se a utilizá-la quando discute o financiamento das universidades, não recorre a parâmetros que distingam as universidades em termos da produtividade de doutoramentos, de projectos de investigação europeus, etc. Todos os anos falam disso, mas não o põem em prática.

O MCTES visa isso com o processo de avaliação de universidades lançado com a ajuda dos peritos da OCDE. E vai decerto dar bons resultados. Também pela avaliação dos Centros se fará a selecção. Universidade sem um bom Centro de investigação não pode oferecer doutoramentos nem ter mestrados nessa área. Foram critérios já aplicados. Mais, dentro de cada universidade os Departamentos não têm todos o mesmo valor ou a mesma oportunidade estratégica. Será a nova lei da autonomia universitária, em aprovação no parlamento, que permitirá a flexibilidade de gestão. Algumas universidades usá-la-ão já, e as outras seguir-lhes-ão o exemplo ou ficarão definitivamente para trás. O processo será lento mas é inevitável.

Além disso, tem que haver avaliação com consequências para as pessoas, uma forma de premiar ou penalizar indivíduos. Os leitores do DE ficarão boquiabertos ao saber que na universidade pública portuguesa, quer uma pessoa faça ou não faça, o ordenado é igual para todos aqueles com a mesma posição funcional na carreira. Igual para o colega que se esforça, que arranja projectos e lança mestrados europeus, que dirige Centros, que orienta Teses, que publica. E para o colega do lado que nada disso faz, e dá apenas aulas.

Quando fui Chefe de Departamento os colegas estrangeiros perguntavam “Como consegues gerir um Departamento se não podes influenciar o ordenado das pessoas que geres?” Isso é extraordinariamente verdadeiro. Já nem digo o ordenado, mas algum prémio ou penalização. Imagine-se o que seria gerir uma empresa sem essa capacidade, sem esse instrumento fundamental de gestão.

Trabalho muito com a universidade de Dresden, e o professor com quem mais me relaciono tem 2 secretárias e um administrativo doutorado que faz a gestão dos projectos; que sabe línguas, prepara os relatórios e propostas, sob a sua orientação.

Tivera eu tais condições de trabalho faria muito mais! Nada disso. Tenho um secretariado que não sabe línguas, – e tudo o que é correspondência de projectos internacionais sou eu a escrever – não tenho qualquer auxiliar de gestão, e a contabilidade da Faculdade é uma dor de cabeça permanente. Sem instrumentos de

gestão e administrativos, e de boas práticas, a universidade não consegue desenvolver-se. Em Dresden, o espaço e apoios secretarial e administrativo são atribuídos conforme a avaliação da actividade de cada professor!

As coisas têm que mudar e irão decerto mudar com a nova lei, que dá mais poder e responsabilidade aos dirigentes. Mas estes parecem não querer sair de casa do Pai! Não faz sentido na eleição de um reitor que 50% dos votos sejam de estudantes e funcionários. Os reitores têm então tendência para uma política populista e desresponsabilizada. Um Chefe de Departamento é eleito por todos os doutorados mais 25% de assistentes, e isso hoje em dia é toda a gente. Quando elejo o Chefe de Departamento, ou um Coordenador de Mestrado, ou seja o que for, o meu voto – e sou Catedrático há 22 anos – é igual ao do que se doutorou ontem. Não faz mais sentido esta gestão “de baixo para cima”, o últimos dos resquícios populistas em Portugal. O modelo tem que mudar e já.

Luís Moniz Pereira, Professor Catedrático da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNL e membro do painel Ciência e Sociedade